

Foucault e a gestão do trabalho

*Hermano Roberto Thiry-Cherques¹,
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brazil*

RESUMO

Este artigo trata dos efeitos das teorias de Michel Foucault no domínio da gestão do trabalho. Apresenta as noções fundamentais dos condicionantes do valor-trabalho a saberes e poderes circunstanciais. Discute como racionalidades contextuais e transitórias conformam as práticas gerenciais referidas ao esforço produtivo. O artigo conclui com uma interpretação das implicações dos conceitos inerentes à racionalidade técnica para o entendimento do fenômeno do trabalho na atualidade.

Palavras-chave: Gestão; trabalho; Foucault; racionalidade; poder

ABSTRACT

This article deals with the effects of Michel Foucault's theories on work management. It presents the fundamental notions of the conditioners of labor value to knowledge and circumstantial powers. It discusses how contextual and transitional rationalities conform the managerial practices referred to the productive effort. The article concludes with an interpretation of the implications of the concepts inherent to the technical rationality for the understanding of the work phenomenon in the present time.

Keywords: Management; work; labor; Foucault; rationality; power

RESUMEN

Este artículo trata de los efectos de las teorías de Michel Foucault en el ámbito de la gestión del trabajo. Presenta las nociones fundamentales de los condicionantes del valor-trabajo a saberes y poderes circunstanciales. Discute cómo las racionalidades contextuales y transitorias conforman las prácticas gerenciales referidas al esfuerzo produtivo. El artículo concluye con una interpretación de las implicaciones de los conceptos inherentes a la racionalidad técnica para el entendimiento del fenómeno del trabajo en la actualidad.

Palabras clave: Gestión; Trabajo; Foucault; La racionalidad; El poder

1. Introdução

A obra de Foucault provocou um deslocamento temático nas ciências de gestão. Com base nos seus trabalhos a dinâmica organizacional foi problematizada e foram questionadas as relações entre a ação operacional e as mudanças estruturais, entre o poder e a resistência, entre a autoreflexividade e a prática coletiva. Estas análises capturaram não só a racionalidade, mas as “tecnologias”: estilos, definições, ordens, regulações da governança empresarial e da governança pública (Rose, 1990). Denunciaram o encobrimento das diferenças de interesses entre as organizações e os empregados, a falha em respeitar as contradições e a sua lógica, a valorização excessiva do mercado e do consumidor à custa da debilitação e da desvalorização sujeito produtivo (Barrat; 2008; 521).

A trajetória de Foucault pode ser dividida em três etapas epistemológicas que se superpõem e se absorvem umas às outras na medida em que o seu pensamento evolui. De início, a análise das formações discursivas; depois a ampliação destas análises para incluir as práticas culturais e a questão do poder, seu exercício e sua relação com o saber; por último, o estudo do biopoder e das estruturas de controle social. O tema / trabalho/ não é central neste percurso, mas as implicações das suas análises tocam e modificam, às

¹Pós-Doutor pela *Médiation Culturelle*, Université de Paris. Doutor em Ciência da Engenharia, COPPE – UFRJ. Mestre em Filosofia, IFCS – UFRJ. Bacharel em Administração, EBAPE/FGV. Pesquisador Associado do Grupo de Estudos em Gestão Cultural do Programa de Pós Graduação Administração- PPGAd – UFF

e-mail: hermano.thiry@gmail.com

vezes profundamente, a compreensão da razão e do esforço produtivo. A racionalidade é tratada extensivamente, enquanto o trabalho aparece nas imagens ilustrativas e constitutivas da sua obra. A racionalidade associada ao trabalho é abordada no âmbito das grandes questões de que se ocupou: as relações entre o poder e o saber, entre o saber e a verdade, e a articulação entre o poder, o saber e a verdade na constituição do sujeito.

Com forte influência no pensamento organizacional anglo-saxão, as teses de Foucault se contrapõem à perspectiva dos estudos organizacionais da primeira metade do século XX, nos quais predomina o funcionalismo da escolha de resultados a partir da escolha racional. Colocam-se na esfera de discussão dos processos de trabalho que, notadamente a partir do livro de Harry Braverman, Trabalho e capital monopolista (1977) questionaram o poder, o controle e a resistência, desaguando na visão da organização como lócus do processo de trabalho e na crítica do sobretrabalho e da desqualificação (Sewell, 1998). Entre nós o artigo pioneiro de Fernando Prestes Motta (1981), o artigo de Antônio Maia (1995), os textos de Rafael Alcadipani da Silveira (2000, 2001, 2005, 2008) e Thiry-Cherques (2008) trouxeram à analítica do poder disciplinar e a perspectiva crítica de Foucault à literatura organizacional, enquanto a visão das pessoas enquanto trabalhadores foi tratada no âmbito da análise organizacional por Segnini (1986), por Motta et alli (2000) e por Alcadipani et alli (2000).

Foucault abordou os mesmos temas de ângulos diferentes. A sua obra lança uma nova luz sobre as razões que nos obrigam ao trabalho e sobre a forma como trabalhamos. Esta luz advém das quatro fontes temáticas de que trata este artigo: i) a do discurso enquanto expressão da razão, ii) a da racionalidade manifesta pelas relações entre o poder e o saber, iii) a do trabalhador enquanto sujeito e enquanto objeto, iv) a da imbricação entre racionalidade e valor trabalho.

2. O discurso sobre o trabalho

Embora a apropriação da obra de Foucault aos estudos organizacionais tenha sido seletiva, concentrada no regime disciplinar exposto em Vigiar e punir (Knights; 2002; 582), ele aborda diretamente o tema do trabalho em três momentos da sua obra.

Em *As palavras e as coisas*, na apreciação arqueológica das representações, quando estuda a representação do valor, a atividade econômica é apresentada como tendo surgido quando os homens se tornaram numerosos demais para poderem alimentar-se dos frutos da terra. Foucault examina a passagem das teorias dos fisiocratas para a de Adam Smith, um dos marcos da fronteira da episteme da idade clássica. O essencial, diz ele, não foi Smith considerar o trabalho como um instrumento de medida, mas de tê-lo assentado como unidade insuperável e absoluta do valor. O trabalho como unidade de medida implica que quaisquer que sejam as condições de produção, o esforço psicológico, o sofrimento humano, a fadiga não são levados em consideração. Foucault vê nesta abstração a submissão à fadiga e à morte, porque na medida em que cresce a produtividade não diminui a participação do trabalho no valor das coisas, antes é o valor das coisas produzidas que diminui em relação à unidade fixa do esforço humano. O trabalhador é separado das suas necessidades. Elas não são variáveis como o desejo de possuir, senão que constituem uma medida absoluta, que se impõe aos homens desde o exterior. (Becquemont; 2004; 198-199). De modo que a humanidade só trabalha ante a ameaça de morte. O ser humano que trabalha, o *homo oeconomicus*, é o que passa, usa e perde sua vida escapando à iminência da morte. Por outro lado, a idéia da escassez de recursos como causa eficiente do trabalho não permite pensar na hipótese de reversão a um estado da natureza em que o trabalho se torne inútil. Foucault segue Rousseau (2005) ao sustentar que o próprio trabalho, pelas mudanças que provoca na vida social e nos seres humanos, terminou por reforçar a necessidade de trabalhar (Rogue; 2005; 17).

Em *Vigiar e punir* o trabalho é apresentado como elemento disciplinar. Foucault acompanha Nietzsche (2004) ao sustentar que a dominação não é a essência do poder, que o trabalho tem a função de corrigir, de disciplinar. Ele tomou a noção do Panopticon de Bentham, um sistema de vigilância prisional, para sustentar que a sociedade não opera mais sob o modelo do poder soberano, do poder infligido do alto,

mas sob as relações disciplinares. O Panopticom, substituto da repressão física, tal como a aléia central das manufaturas, pastiche das galés, não é símbolo da autoridade, como as dragonas e os títulos, mas tecnologia concreta de poder (Taylor; 1984; 157). Os regimes disciplinares não são menos violentos do nem menos coercitivo, apenas mudam a racionalidade do procedimento, não a condição do trabalhador. Produzem um discurso sobre a norma, sobre o que se acreditava ser a regra natural, mas chegam à aos dias de hoje antepostos ao biopoder, ao poder sobre a vida.

Ao tratar do biopoder, na História da sexualidade, Foucault mostra como o trabalhador aliena uma parte da sua vida e do seu tempo. No trabalho pasteurizado da atualidade, ele deve exercer restrições sobre si mesmo, impor-se controles, opor-se às suas pulsões, tornar-se um dispositivo de poder. De modo que a realização do indivíduo não pode estar centrada no trabalho: ao contrário ela é resultante da autonomia em relação ao trabalho, ela é função de uma vida fora do trabalho.

O trabalho forçado pelo poder soberano, o trabalho disciplinador e o trabalho elemento de autonegação da identidade são o mesmo trabalho. Mas na construção destes conceitos mediam a reflexão sobre a racionalidade derivada do poder e do saber e a sua incidência sobre o sujeito. Para alcançar entender as implicações da analítica de Foucault sobre a compreensão da racionalidade do trabalho é preciso recuar ao ponto em que ele empreende a discussão elementar da própria razão.

3. A racionalidade do poder/saber

Na análise dos dispositivos de saber/poder, Foucault mostra o trabalho como sistema de autocontenção, com negação da identidade pessoal. Ele analisa a racionalidade segundo várias dimensões: i) como crítica do saber científico e da expertise que leva à reformulação do agir; ii) como transgressão e como resistência ao poder; iii) como crítica parcial das noções de ação operacional, autonomia e escolha individual e à autoreflexividade; iv) como modo de autoformação e de construção da identidade que propõe uma alternativa aos modelos de ação racional, escolha racional e racionalidade limitada. Sob a lógica do poder / saber o trabalho é visto como um antídoto contra a imoralidade, como utilidade em si, como dispensador de utilidades, e como reproduzidor autonormatizado da força produtiva.

No modo de ver de Foucault, a racionalidade não é somente princípio teórico e técnica científica, não produz somente formas de conhecimento ou tipos de pensamento, mas está ligada por laços complexos e circulares às formas de poder e de saber. Para entender a articulação entre poder e saber, é preciso analisar a sua formação e a sua estrutura; determinar como se fundam no conhecimento, nas técnicas, nas instituições políticas, sociais e econômicas (Foucault; 2001. a; 76)

Como Weber (Thiry- Cherques; 2002), Foucault pensa que a razão é um problema histórico, não uma questão metafísica. Mas descreve a racionalidade como invariante antropológica, como um processo de racionalização, no sentido que Weber dá ao termo. Para ele inexistente um processo de racionalização em geral. O que se verifica são racionalidades, uma racionalização relativa e instrumental (Foucault; 2001b; 225). Contra o ponto de vista fenomenológico, que dá a razão, na sua essência, como descoberta ou instaurada por um ato fundador, disse ele: “ Não penso que tenha havido uma espécie de ato fundador, pelo qual a razão em sua essência teria sido descoberta ou instaurada ... penso que há uma autocriação da razão e por isto o que tento analisar são formas de racionalidade: diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, se opõem e se perseguem umas às outras, sem que, no entanto se possa assinalar um momento em que se teria passado da racionalidade à irracionalidade.” (Foucault, 1983; 2001; 317; 2001.a; 450)

Sob esta ótica, as formas de racionalidade dadas como necessárias não o são de fato. Isto não quer dizer que sejam irracionais, mas que repousam sobre práticas históricas (Foucault; 2001.a; 449). O relato histórico como progresso da racionalidade é uma mistificação (Foucault; 2001.b; 242): a racionalidade é inerente ao contexto. Abstraindo-se o contexto, a forma com a sociedade se auto-compreende, calcula

utilidades, encontra justificativas, atribui graus perde totalmente o sentido. O aprisionamento em células prisionais do nosso tempo, por exemplo, é tão racional (ou irracional) como o suplício público da idade clássica (Foucault; 2001.a; 26).

Foucault estuda a razão no momento em que ela adquire o seu prestígio máximo, no século XVII, quando a racionalidade estende seu poder sob a tripla forma de discurso dos saberes, das instituições e das práticas. Na perspectiva de Foucault, a razão toma a forma hegemônica de racionalidade quando aplicada, isto é, quando os discursos sobre a vida biológica, social econômica e política são proferidos como verdade. Para ele, as estruturas da razão só podem ser compreendidas mediante o seu emprego concreto, o que inclui o que ele denomina de /tecnologias/: as racionalidades materializadas. (Townley; 2002; 553). A confusão entre a razão da racionalidade é um dos mecanismos de dominação que descreve. De um lado dá a razão como “luz despótica” (Foucault; 1954). De outro, a racionalidade histórica, resultante do movimento em que “diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, se banem mutuamente” (Foucault; 2001 a.1; 530).

A distinção entre o domínio da razão e o domínio da racionalidade é talvez uma das maiores contribuições de Foucault para a compreensão do trabalho. Ao estudar as formas de racionalidade nas instituições judiciárias, hospitalares, prisionais, etc. ele desloca o foco do fundamento para a prática. Demonstra que a razão que explica e justifica o trabalho não é, em si, um bem; que a racionalidade do abominável é um fato histórico e um fato contemporâneo tanto quanto a irracionalidade (Foucault; 2001 a; 36). Evidencia que o racionalismo é um ideal e que a análise das racionalidades deve esclarecer como elas funcionam, a que preço, com quais instrumentos e em que contingência espaço-temporal.

4. Da racionalidade imposta ao bipoder

No exame genealógico da loucura, Foucault chama a atenção para o fato de que o logos grego não tem antônimo enquanto a razão na cultura ocidental se opõe à desrazão, à loucura. O progresso da razão corresponde à exclusão da desrazão. O marco institucional da nova etapa do processo de dominação da loucura pela razão é a criação, em 1656, por Luis XIV, em Paris, do Hospital Geral. Para Foucault não se trata de uma instituição médica, mas de uma estrutura semi-jurídica, entidade assistencial e administrativa que se situa entre a política e a justiça e que seria uma “uma ordem terceira da repressão” (Machado; 1981; 63).

Foucault denomina de “Grande Enclausuramento” a realidade institucional da loucura no século XVIII. O Grande Enclausuramento assinala o nascimento de uma ética do trabalho em que este é moralmente concebido como o grande antinodo contra a pobreza e correção da imoralidade através da repressão física (Machado; 1981; 64). Na época, o trabalho é menos uma categoria econômica do que uma categoria moral e a origem da pobreza não é vista como sendo o desemprego ou a escassez de mercadorias, mas a falta de disciplina e os maus costumes. Na Europa do séc. XVII a falta de trabalho é idêntica ao vício. A miséria é identificada com a falta de empenho. A disciplina dos indivíduos via internamento, circunscrição militar, punição aos desempregados transforma o trabalho em valor ético, em contraveneno para o vício da ociosidade. A excomunhão dos ociosos empurra o trabalho como valor garganta adentro dos pobres.

É na passagem do século que a racionalidade do trabalho imposto é superposta pela do trabalho auto-imposto. A racionalidade que então prevalece se diferencia da medieval e, também, daquela descrita por Maquiavel. O poder maquiavélico não tem objetivo anterior (metafísico) nem posterior (a paz social) ao poder do príncipe (Thiry-Cherques; 2004; 87). A lógica do momento tem como alvo as populações, como forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Foucault vincula esta racionalidade aos governos, particularmente à criação dos estados administrativos apoiados na tecnologia militar e policial. A governamentalidade é a resultante da passagem, no fim do século XVI e início do XVII da forma de gerir os negócios públicos orientada pelos princípios morais – sabedoria, justiça, respeito a Deus – e pelos ideais de prudência e reflexão, para a voltada para o

funcionamento do Estado. O seu objeto é a gestão política racionalizada da vida dos indivíduos: a biopolítica. A racionalidade da biopolítica está referida ao controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, exercem sobre si e sobre os demais; nas “técnicas de si” e nas técnicas de dominação (Foucault; 2001 a2; 363).

O trabalho auto-imposto nasce com o liberalismo e envolve a gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, etc. Compreende um jogo interativo complexo entre os estados e as populações, entre as instituições e a vida produtiva. A biopolítica é uma tecnologia de poder que tem como objeto as populações, notadamente as populações enquanto força produtiva (Foucault; 2001 a3; 297). Trás a vida, e com ela o trabalho, para o campo do poder, do conjunto dos biopoderes.

5. Poder/saber

O conceito de poder em Foucault se liga ao de racionalidade. O poder não é elementar e localizado, mas relacional, algo que circula mediante e no interior dos discursos: constrói cadeias, redes, conexões capilares nas quais os indivíduos são origem e destino, vetores e nós, opressores e oprimidos.

Foucault estuda como as relações de poder condicionam e conformam fenômenos como a loucura, a doença, a punição e a sexualidade, como as relações de poder determinam o que é considerado racional e verdadeiro. Ele não trata do poder em si, mas das relações de poder – modos de ação complexos sobre a conduta alheia – historicamente condicionadas. O conceito que têm o poder como “... uma matriz geral de relações de fatores, num tempo dado, numa sociedade dada” (Dreyfus e Rabinow; 1992; 204).

O poder não é exercido somente de forma coercitiva, nem somente de cima para baixo. De modo que a dominação não constitui o cerne da questão do poder. O poder está em toda parte, não só no aparelho de Estado (Foucault; 2001b; 178). Na analítica do poder, que não é uma teoria, mas uma série de constatações, Foucault vê um conjunto de relações abertas, precariamente coordenadas. O foco da análise recai nas estratégias, nas relações que se espriam por toda parte, se inserem pelos poros da sociedade e dos indivíduos, tornando a todos vítimas e algozes.

Não existe sociedade sem relações de poder e não há poder que não seja exercido sobre outros. Variam os personagens e as condições deste exercício. Os instrumentos, os campos e os efeitos do poder definem as modalidades históricas. As práticas, os saberes, as instituições e os objetivos – que transcendem a dominação direta – determinam os tipos de poder. É um jogo de relações assimétricas e móveis no tempo e no espaço. A diversidade de modalidades e de tipos de poder deriva: i) da forma como são diferenciados os que mandam e os que obedecem (legal, econômica, situação no processo produtivo, cultural, técnica, etc.); ii) dos objetivos perseguidos (manutenção de privilégios, do lucro, do status, da posição hierárquica, etc.); iii) dos instrumentos utilizados (as armas, os discursos, o dinheiro, a vigilância, etc.); iv) das formas de institucionalização (a jurídica, a tradicional (hábitos); a organizacional, etc.); v) do grau de racionalização (mensurações, economias, ganhos e perdas políticas) (Foucault; 2001 a4; 222). As relações de poder são intencionais: conscientes, calculadas. São não-subjetivas, isto é, não dirigidas a este ou àquele sujeito específico. Não se adquire poder: o poder se exerce mediante o uso de técnicas segundo regimes diferenciados (Foucault; 2001).

6. Os regimes do poder

No final dos anos 1970, ao cabo da fase arqueológica, Foucault ampliou a idéia de enunciado para incluir todo tipo de discurso e de prática e de tecnologias de poder. Concluiu que o poder está disseminado em um conjunto de relações sobrepostas, de técnicas que incidem sobre o sujeito, sobre as formas de controlar as pessoas, sobre a disciplina em espaços fechados, sobre o trabalho (Foucault; 1977). As relações de poder variam espaço-temporalmente, mas mantém determinadas constantes: i) o saber, que implica no

estabelecimento de “verdades” e na fidelidade ao instituído, e ii) a busca da gestão menos dispendiosa, que compreende, o provimento produtivo, os regimes de poder (jurídico-normativo, disciplinar, biocontrole), o controle dos indivíduos e das populações, exercido sobre a higiene, a sexualidade, a demografia, etc.

As técnicas de poder e as tecnologias de controle associadas recaem sobre o sujeito que trabalha, em características tais como a forma: i) tradicional (séc. XVII), com o foco no corpo, na regulação, no adestramento e na ampliação do resultado do trabalho; ii) disciplinar (séc. XVIII), cujo foco se desloca para constituição de comportamentos adequados, para as instituições; e, iii) normalizadora, (séc XIX) característica do biopoder, cujo foco é a espécie humana, o controle das populações, as normas internalizadas. (Figura 1)

	Tradicional	Disciplinar	Biopolítica
Alvo	Produto	Indivíduo	Massa
Objetivo	Apropriação de bens e riquezas	Maximização de bens e riquezas	Otimização da produção
Forma	Tributo	Vigilância	Regulação
Modo	Resultado	Disciplinar	Normatizado
Ordem	Código	Norma	Internalização da norma
Campo	Comunidade	Instituições (escola, quartel, hospital, ...)	Sociedade global

Figura 1 – Técnicas de poder incidentes sobre o trabalho

7. Poder tradicional

O poder tradicional, soberano, jurídico-discursivo decorre de uma hipótese repressiva. A idéia de que a verdade se opõe intrinsecamente ao poder e de que, portanto, a verdade tem o papel de agente libertador. A resistência à repressão é uma batalha a ser ganha. É um contra-poder que afronta a opressão, a negatividade, a coerção. O poder funciona como um interdito à verdade, seja a verdade da condição sexual, seja a verdade das relações sociais, seja, enfim, a do trabalho (Ball e Wilson; 2000).

Suprimindo os desejos, cultivando a falsa consciência, enraizando a ignorância o poder jurídico-discursivo domina e ordena a vida social (Foucault; 2001). Ele é totalmente negativo. De um lado tem-se a lei, a dominação, o poderio, de outro, a submissão, a obediência e resistência da verdade científica, política, que reage, que não se submete. É a este poder, referido à tradição filosófica, que deságua em Habermas, que sugere como meio de resistência a busca de um conceito de construção da razão e da libertação pelo trabalho. A transcendentalidade do trabalho, a noção de que a terra recompensa o esforço produtivo por intervenção divina, está na origem deste poder. Como acontece com o clima, Deus tem desígnios insondáveis, de modo que o trabalhar é uma questão moral, não uma questão natural. A ociosidade é a revolta contra a suprema bondade: corresponde ao orgulho adâmico (Foucault; 2002b). Foucault não nega importância a tal poder. Mas assinala a existência de outra tecnologia de poder que não incide sobre o indivíduo jurídico, mas sobre a pessoa, sobre o vivente, sobre aquele que trabalha (Foucault; 2001). Este outro tipo de poder não se separa da verdade. Ele está presente e é aceito porque mascarado pelo humanismo e pela mescla dos interesses. Não é novo, dataria da Idade Clássica (meados do século XVII), está presente até hoje e é complementar ao poder jurídico-discursivo, não compatível com o discurso da igualdade, fraternidade, liberdade, marcado pela hierarquia, pela insensibilidade, pela sujeição.

8. Poder disciplinar

O regime disciplinar, que aparece entre o fim do século XVIII e o começo do XIX. Compreende um conjunto de técnicas de coerção visando o enquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos. As tecnologias de poder tradicional e disciplinar coexistem na fábrica, na escola, na administração pública, aonde quer que se viva e se trabalhe (Dreyfus e Rabinow; 1992; 198). O

desaparecimento do suplício característico do poder soberano determina o surgimento do poder disciplinar, que não obedece à sujeição brutal do despotismo, mas a “pequenas astúcias, arranjos sutis, inconfessáveis economias e coerções sem grandeza” (Foucault; 1977; 128)

O poder jurídico-discursivo é explícito, enquanto o poder disciplinar é ordenado mediante regimes que regulam os corpos e as mentes, as condutas e os pensamentos. A disciplina se exerce sobre as atitudes, os gestos. A racionalidade por trás do regime disciplinar consiste em intensificar o desempenho, multiplicar as capacidades e posicionar os trabalhadores de forma a mais útil possível para o sistema (Foucault; 2001 a3). O regime disciplinar é uma herança da gestão dos conventos, dos exércitos, das manufaturas que se transformou em modo geral de dominação. Não trata apenas da sujeição, mas também da obediência (Foucault; 1977). Dirige-se aos indivíduos nos lugares de produção e de geração de serviços. A disciplina se dá esquadrinhando o espaço e esmiuçando o tempo. A confissão, a coragem militar, a fidelidade ao patrão e outras características marcantes do poder soberano são substituídos pela regra, pela formalidade, pela vigilância. Os procedimentos disciplinares se exercem sobre as atividades mais do que sobre os resultados. Relacionam a geração de utilidades à docilidade (Foucault; 1977; 129).

O objetivo do poder disciplinar é o tratamento do ser humano como corpo dócil, um corpo produtivo. É fazer crescer a utilidade pela domesticação dos operários, mas, também, sobre dos universitários. O modelo físico da gestão disciplinar é o Panopticon uma proposta de Jeremy Bentham para o sistema prisional. O Panopticon é composto por um pátio circular que tem no centro uma torre de observação e no perímetro uma construção dividida em andares e células. Cada célula tem duas janelas. Uma, externa ao círculo, destina-se à iluminação. Outra, voltada para a torre, destina-se à vigilância dos movimentos do prisioneiro. A contraluz é possível o controle espaço-temporal completo e contínuo sobre o indivíduo. É o exercício do poder em estado puro: eficiência, maximização, economia, anonimato (Foucault; 1977; 173)

As técnicas disciplinares conformam uma economia racional do trabalho em que a arquitetura, o controle do tempo e o rastreamento dos indivíduos são orientados à utilidade em gestação. A ordenação fixa o indivíduo no espaço em que é mais produtivo. Na distribuição serial e em paralelo, cada um tem seu lugar, e há um lugar para cada um, sem espaço de manobra ou de evasão. Foucault usa o exemplo da manufatura Oberkampf em Jouy, construída em 1791. Uma série de oficinas especializadas por função (impressão, coloração, gravação, etc.), mesas de trabalho dispostas em linha, estoques de semi-acabados, e assim por diante. No cerne de toda esta parafernália está a aléia central. Os supervisores que vão e vêm, que chamam a atenção, que repreendem, que auxiliam, que contabilizam o vigor, a prontidão, a habilidade do trabalhador (Foucault; 1977; 147). A hierarquia no trabalho é a representação deste poder múltiplo, automático, anônimo. As sanções, as “micropenalidades”, incidem sobre as falhas do tempo (atrasos, ausências, interrupções), das atividades (desatenção, negligência, falta de empenho), da forma de ser (desleixo, desrespeito, desobediência), do discurso (tagarelice, insolência), do corpo (gestos, posturas, higiene), da sexualidade (imodéstia, indecência) (Foucault; 1977; 180). A produção em lotes, o controle celular e individualizado são a marca da disciplina que “fabrica” indivíduos, que padroniza movimentos, que cria identidades. A supervisão, a “vigilância” ocular é um dos elementos-chave deste poder. O Panopticon na prisão, o campo de manobras militar, a aléia central na manufatura têm a mesma função: suprimir a fraude, a preguiça, imperícia, a fraqueza, a incompetência: disciplinar o trabalho.

Foucault escreveu que “a prisão se parece com as fábricas, as escolas, as casernas, os hospitais” (Foucault; 1977; 199). A tecnologia disciplinar não se restringe à prisão, ao hospital, à escola, ao exército. É uma forma de poder assimilada pela sociedade nos séculos XVIII e internalizada pelo indivíduo do século XIX. Exerce-se sobre o corpo, mediante análise, fragmentação e compreensão das suas partes constitutivas. O objetivo é o controle operacional de cada parte e do conjunto. A escala quantitativa é um elemento essencial. Outro, o exercício, a prática, a habilitação. Os dispositivos de controle como disciplinam o espaço e o tempo. O medo do contágio da desordem determina o confinamento, a exclusão (como a dos leprosos) em benefício da pureza da comunidade. Despersonalizam a autoridade, racionalizam a produção, ordenam o trabalho, normalizam a vida (Foucault; 1977; 174).

Uma sociedade se torna normalizadora ao aceitar um paradigma, uma definição coletiva do modelo de organização das atividades humanas. Os modelos disciplinares permitem identificar imediatamente o que é normal e o que é desviante. Definem como as condutas que fogem ao sistema devem ser reordenadas. As anomalias, como a conduta criminosa, como a preguiça, são assimiladas, são incluídas como parte natural da vida. O tempo do controle deixa de ser esporádico, casuístico, incidental. Passa a ser contínuo, litúrgico, codificado. Não se trata de aumentar a sujeição, mas de torná-la mais efetiva, docilizar o corpo para que seja mais apto e útil. As disciplinas ajustam a multiplicação dos homens e dos aparelhos de produção industrial das mercadorias, da produção escolar dos saberes, da produção hospitalar da saúde, da produção militar da destruição. Reduzem a força política e aumentam a força útil do trabalho (Foucault; 1977).

9. O biopoder

Contrariando as correntes freudo-marxistas, dominantes no final do século XX, que insistiram que se vive uma libertação dos corpos, Foucault aponta para o surgimento de uma nova tecnologia repressiva: um conjunto de procedimentos reguladores, que ele denominou de /biopoder/ que coexiste e se superpõe aos regimes tradicional e disciplinar (Foucault; 2001; 137). O biopoder deriva da necessidade de controlar o fluxo e difusão da mão-de-obra em função da produção. Compreende mecanismos de supervisão que aparecem na mesma época que o regime disciplinar. Consiste em constituir populações em que os indivíduos são inseridos segundo modelos normativos globais, integrados em um aparelho de Estado centralizado. Este modelo irradia para as organizações e para o trabalho uma racionalidade de interiorização da norma, da subjetivação da regra. Trata de corrigir e de prevenir, não de punir os desvios da regra (Dreyfus e Rabinow; 1992; 293 e ss).

A regulamentação dos processos vitais, encerra uma racionalidade que altera substancialmente as relações de trabalho. Embora Foucault não tenha mencionado, é evidente que o surgimento da biopolítica se relaciona com a idéia, de Locke, de Adam Smith, de que a riqueza deriva do trabalho. Se o trabalhador é o constituinte da riqueza, seu corpo, sua vida, seu bem estar são a força da nação. É de interesse do Estado e de todos que se trabalhe com afinco. O biopoder não é o poder de tirar a vida, mas de ordená-la. Nele não há somente um processo de colonização, como em Habermas (1989), mas um processo de autocolonização, acirrado pelas tecnologias políticas, como a tecnologia do biopoder. Somos compelidos à disciplina: tanto a disciplinar os outros como a autodisciplinar-nos (Foucault; 2001)(Billouet; 2003; 193)(Deacon; 2002).

O biopoder não designa uma soberania, nem um modo regrado de sujeição, nem uma dominação social, mas relações de força imanentes: está em toda a parte e vem de todo lado. A sua racionalidade não pode ser expressa esquematicamente. Ela é móvel, fugidia, circunstancial. O biopoder é um exercício de extração e controle de utilidades. O trabalhador é o provedor da força do Estado. A polícia tem como função controlar os indivíduos para que sejam “ativos e produtivos” (Dreyfus e Rabinow; 1992; 203). Daí a noção de bem estar (controle de doenças, ordenamento da produção, higiene do trabalho) voltada para a maximização da vida útil (Foucault; 2001). O biopoder se exerce sobre a espécie, as populações, e sobre os corpos, os indivíduos. Deságua no controle da sexualidade, mas deixa vestígios em todas as ações humanas, notadamente no trabalho. Contra as teses reichinianas (Reich; 1975) que pressupõe a repressão dependente do uso calculado da força humana voltada para o trabalho obrigatório, Foucault argumenta que as técnicas repressivas do sexo voltam-se para as crianças e para as mulheres. Só indiretamente atingem o trabalhador adulto (Billouet; 2003; 156). O biopoder se baseia na normalização e se exercita através da lei e da ciência. Seu fracasso justificava a necessidade de reforçá-las. Diferentemente do regime disciplinar, o controle interioriza a norma mediante técnicas de sujeição. O poder é exercido, não somente sustentado. É difuso, relacional e anônimo na origem e no destino. Ele se exerce por indivíduos sobre indivíduos. Em benefício do Estado, as populações são reordenadas, deslocadas, massacradas. A aplicação das técnicas de poder animaliza o trabalhador (Foucault; 2001 a5; 134)

Para Foucault os regimes tradicional, disciplinar e o biopoder têm o efeito crescente de transformar os indivíduos em sujeitos voltados para si mesmos, individualizados. As ciências sociais fornecem conhecimentos cada vez mais elaborados sobre os indivíduos. Os regimes buscam utilizar estes conhecimentos para promover a autodisciplina. O autodesenvolvimento tem sido utilizado como meio de normalização e reintegração dos indivíduos à sociedade, domesticando-os, tornando-os dóceis ao sistema. O saber não está “por trás” do poder. Poder e saber não são redutíveis um ao outro. O poder não é sempre coerente e consciente. O saber não é a causa do poder. O saber integra o poder. Da prisão não “saíram” as ciências humanas, ou a administração, mas uma episteme que implicou em relações definidas, uma utilização cruzada. A humanização da pena e o conhecimento do homem obedecem à mesma racionalidade. As relações de poder permitem o conhecimento do homem e vice-versa. O direito de punir é redefinido a partir de novos princípios. Há uma nova economia do poder fundada no contrato social. O criminoso, o preguiçoso, o que não trabalha, é um traidor não do rei, mas da sociedade (Foucault; 1977).

Em *A vontade de saber* (2001) Foucault se interessou em verificar como a confissão, a verdade e o poder se entrelaçam. Concluiu que as técnicas de poder ligadas aos discursos científicos inoculam a idéia da necessidade de o indivíduo conhecer a verdade sobre si mesmo para poder operar as transformações adaptativas sobre o seu ser. Às técnicas disciplinares do indivíduo dócil e mudo se juntam as “tecnologias do eu” e se integram em um conjunto complexo de dominação. Os saberes se voltam para a vida, para a natureza do homem, para a psicologia, as relações sociais. As ciências humanas expandem o poder normalizado, constituem e refinam o biopoder. O não conformismo torna-se objeto da sanção disciplinar. Cada ofensa é quantificada e punida. Os indivíduos são hierarquizados, o trabalho normatizado. A sanção é normalizadora, não exemplarista. A dominação está na visibilidade constante. Cada trabalhador é um “caso” objetivizado, descrito, tabelado, codificado, normalizado.

Foucault distingue a norma da lei, entendida como expressão da vontade soberana e da regra natural. A norma é a regra disciplinar. Define um “código que não é o da lei, mas da normalização, se refere a um discurso que não é o do direito, mas da teoria (Foucault; 2001 b3; 175). O biopoder alia a disciplina do corpo à regulamentação da população. A norma precede o sistema de direito. Não reconhece o sistema jurídico tradicional o “direito” à saúde, ao amor, à busca da auto-realização. O normal determina o que é lícito ou ilícito, os meios de correção, que não são os meios de punição, mas de transformação dos indivíduos, toda uma tecnologia do comportamento do ser humano (Foucault; 2001 b3; 368). A norma corresponde à aparição do biopoder e da biopolítica, do poder sobre a vida e sobre as formas de governabilidade. Foucault a estuda na sua aplicação médica, de controle sanitário, na distinção entre o normal e o patológico. Mas as ilações que retira desta dicotomia permitem estender a imposição de um sistema de normalização das existências, das condutas, dos afetos e, naturalmente, do trabalho. A normalização corresponde à medicalização social, dos discursos, das condutas. O esquema medicinal, em que o paciente (o trabalhador) declara o que pensa sobre si mesmo, em que se confronta esta informação com observações técnicas e se chega ao diagnóstico: uma explicação científica das condutas tomadas em relação a um modelo que é considerado como são (normal). A medicalização é a apropriação do louco pelo saber-poder da medicina psiquiátrica. A normalização é a apropriação do trabalhador pelo saber-poder econômico.

10. Racionalidade e trabalho

As idéias de Foucault contribuíram para retirar a centralidade do sujeito nos estudos sobre o trabalho e a produção. Deixaram claro que a racionalidade do trabalho não concerne aos homens, mas ao propósito econômico e político do esforço produtivo. As suas análises evidenciaram que a emancipação do trabalhador e de cada um de nós reside na resistência da autogovernabilidade, no cuidado de si, no serviço da própria liberdade. Nós não somos observadores neutros de nós mesmos. O sujeito autoconsciente e autônomo não existe. As idéias de individualidade, intencionalidade, racionalidade e motivação

inconsciente são partes constituintes dos discursos de poder e de saber: integram nosso regime de verdades.

Não existe uma “natureza humana” fora da biológica, como não existem necessidades humanas universais. O que existe é a arbitrariedade do instituído. A autoreflexividade é histórica. Por este motivo, em Foucault interessa particularmente à discussão sobre a dicotomia racionalidade / trabalho não a mudança do poder soberano, exercido pelo capataz, pelo feitor, para o poder disciplinar, a regulação sutil do gerente, mas como a mudança da prevalência entre regimes de poder/saber impactaram a forma como pensamos, sentimos e agimos enquanto sujeitos que trabalhamos.

Na sua tese sobre a loucura, Foucault demonstrou que épocas diferentes abraçam conceitos fundamentais diferentes. O louco do período barroco vagueava de cidade em cidade, o da era clássica foi confinado, o da idade moderna é medicalizado (Billouet; 2003; 22). Estendendo este raciocínio para o campo do trabalho, vemos que a racionalidade do seu móbil, não pode ser tomada em termos absolutos. As formas de racionalização se inscrevem em sistemas de práticas, em códigos prescritivos – conjunto de regras, de receitas, de meios, de fins – e em jogos de verdades teóricas.

A racionalidade da idade clássica se impôs sobre o trabalho e o trabalhador sob a forma das técnicas e das estruturas de decisão. Construiu formas de governantabilidade e procedimentos de controle. Fixou normas de conduta e estabeleceu o limite de tolerância para os desvios. Mas a racionalidade que informa o trabalho, como toda racionalidade, é fluida. Foucault notou que os fisiocratas – Quesnay, por exemplo – referiam o trabalho tanto a uma psicologia das necessidades representadas como a uma antropologia da finitude natural. Já a economia do século XIX tendeu a ser baseada no discurso sobre o fim do ser humano. A subjetividade – a necessidade individual, o desejo – não foram levados em conta. Foram considerados como objeto da psicologia, enquanto a noção força era a da utilidade. Desde Ricardo, o valor é analisado a partir dos custos de produção (Foucault; 2002). As técnicas de acumulação de capital foram as mesmas que tornaram a multiplicidade acumulada de seres humanos úteis para a produção, que as usou e que as sustentou (Foucault; 1977). De forma que a racionalização ocorrida na Idade Clássica não foi inteiramente econômica: foi política e foi, também, a racionalização das técnicas de sujeição, da disciplina e do controle (Foucault; 2001a; 392). Ao sistema positivo de racionalidade das sociedades se antepôs o sistema negativo de exclusão de irracionalidades.

Foucault estudou quais as formas de desrazão foram excluídas, como foram excluídas e quais os limites estabelecidos entre razão e loucura. Verificou não haver um progresso na racionalização, mas racionalidades específicas que se formam, que duram certo tempo e depois evanescem. De modo que não há uma finalidade no trabalho que não tenha sido posta sob a forma de justificativa. A racionalidade e a gestão do trabalho, a razão e a forma não passam de discursos próprios de uma episteme, de um regime de verdades. “A racionalidade – disse Foucault - é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições como no comportamento individual e nas relações políticas. Há uma racionalidade mesmo nas formas mais violentas de conduta. O mais perigoso na violência é a sua racionalidade ... Pretendeu-se que se vivêssemos em um mundo de razão nos livrariamos da violência. Isto é completamente falso. Não há antagonismo entre a violência e a racionalidade” (Foucault; 2001 b5; 803). O que hoje chamamos de racionalidade é algo ligado ao produto, não à vida. Foucault reconhece os cortes representados pelo entendimento, o corte de Adam Smith da equivalência entre mercado e trabalho, o de Ricardo pela equivalência entre valor e trabalho, o valor deixando de ser um signo de troca para ser um produto (o produto do trabalho), e a decorrente interpretação marxista da força de trabalho. Mas recupera a distinção entre ergon (o produto) e *enérgeia* (atividade) (Foucault; 2002; 399).

Vivemos em um mundo desestruturado, sem conhecimento que seja efetivamente objetivo, sem a possibilidade de ação política ou social informada por um discurso racionalmente estabelecido. (Caldwell, 2007; 787). A normalização dos corpos dóceis alcança o trabalho. Da mesma forma que a prisão deve ser útil, que a privação da liberdade deve ter um papel técnico positivo, transformando os infratores em delinqüentes, que o asilo transforma o louco em doente, um dando o direito de punir e o outro dando o direito de curar, a fábrica, ao transformar o trabalhador em operário, dá o direito de organizar o trabalho.

As tentativas ou esperanças de justificar e de ordenar o trabalho são atos marginais de sujeição ou de resistência. As estratégias de gestão do trabalho são aceitáveis no mundo de hoje não porque sejam “melhores” ou mais “humanas”, mas porque são inteligíveis nos termos da lógica que internalizamos, do nosso regime de verdades. As desigualdades de tratamento – por exemplo, o fato de que um professor universitário tenha maior salário, melhor status social, etc. do que um alfabetizador, que realiza um trabalho mais árduo, socialmente mais relevante e economicamente mais decisivo – pode ser justificado, racionalizado, mas dificilmente será sustentado em termos de uma razão fundamentada. A racionalidade do trabalho se articula com outras racionalidades, como a científica e a política, mas não é igual a elas. O seu desenvolvimento é tributário dos processos econômicos, sociais, culturais, técnicos. Compreende postulados, evidências, instituições, idéias que são tomadas como estabelecidas. As teorias e as práticas da gestão do trabalho se fundam nesta racionalidade.

Há interconexões entre as formas de racionalidade em um dado contexto, mas não isoformismo. Não há uma identificação entre a razão e as formas de racionalidade dominantes em um momento histórico. As formas de racionalidade não desaparecem, não estão em vias de desaparecimento. Elas são substituídas como dominantes, o que pode, ou não, estar acontecendo neste momento (Foucault; 2001 a7; 447). Mas é visível que a natureza e o momento da racionalidade que vivemos são incompatíveis com o trabalho tal como está estabelecido. Vitimado pela mutação do sujeito, o trabalho convencional se extinguiu como razão fundante. Corresponde a uma racionalidade que esgotou sua força explicativa, que perdeu seu sentido prático. O modo de trabalhar e de entender o trabalho a que estamos habituados lentamente deixa a cena.

BIBLIOGRAFIA

- Alcadipani, R. (2008). Dinâmicas de poder nas organizações: a contribuição da governamentalidade. *Comportamento organizacional e gestão*, 14(1), 97-114.
- Alcadipani, R., & Almeida, A. (2000). Por fora bela viola, por dentro...: análise crítica sobre a gestão do espaço nas organizações através de um estudo de caso sobre a implementação de um escritório aberto no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 7(19), 35-52.
- Ball, K., & Wilson, D. C. (2000). Power, control and computer-based performance monitoring: Repertoires, resistance and subjectivities. *Organization Studies*, 21(3), 539-565.
- Barratt, E. (2008). The later Foucault in organization and management studies. *Human Relations*, 61(4), 515-537.
- Becquemont, D., Bonte, P., & Bonte, P. (2004). *Mythologies du travail: le travail nommé*. l'Harmattan.
- BILLOUET, P. (2003). *Figuras do Saber: Foucault*.
- BRAVERMAN, H. (1977). *Trabalho e capital monopolista*. Rio.
- Burrell, G. (1988). Modernism, post modernism and organizational analysis 2: The contribution of Michel Foucault. *Organization studies*, 9(2), 221-235.
- Caldwell, R. (2007). Agency and change: Re-evaluating Foucault's legacy. *Organization*, 14(6), 769-791.
- Chan, A. (2000). Redirecting critique in postmodern organization studies: The perspective of Foucault. *Organization Studies*, 21(6), 1059-1075.
- Covaleski, M. A., Dirsmith, M. W., Heian, J. B., & Samuel, S. (1998). The calculated and the avowed: Techniques of discipline and struggles over identity in Big Six public accounting firms. *Administrative Science Quarterly*, 293-327.
- Deacon, R. (2002). An analytics of power relations: Foucault on the history of discipline. *History of the Human Sciences*, 15(1), 89-117.
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1992). *Michel Foucault: un parcours philosophique: au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*, trans. F. Durand-Bogaert, Paris: Gallimard.

- Foucault, M. (1958). *Maladie mentale et personnalité*.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir*, tradução de Lígia M. Pondé Vassallo, Petrópolis. Vozes.
- Foucault, M., & do Poder, M. (1979). Rio de Janeiro. Edicoes Graal Ltda.
- Foucault, M. (2004). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1998. Recebido em: 5/2.
- Foucault, Michel (2001 a); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «L'herméneutique du sujet», Annuaire du Collège de France, 82e année, Histoire des systèmes de pensée, année 1981-1982, 1982, pp. 395-406*
- Foucault, Michel (2001 a1); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «Structuralism and Post-Structuralism» («Structuralisme et poststructuralisme»; entretien avec G. Raulet), Telos, vol. XVI, no 55, printemps 1983, pp. 195-211*
- Foucault, Michel (2001 a2); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «Truth, Power, Self» («Vérité, pouvoir et soi»; entretien avec R. Martin, université du Vermont, 25 octobre 1982; trad. F. Durand-Bogaert), in Hutton (P.H.), Guttmann (H.) et Martin (L.H.), éd., *Technologies of the self. A seminar with Michel Foucault*, Amherst, the University of Massachusetts Press, 1988, pp. 9-15.*
- Foucault, Michel (2001 a3); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; Les mailles du pouvoir; «As malhas do poder» («Les mailles du pouvoir»; 2e partie; trad. p. W. Prado Jr.; conférence prononcée à la faculté de philosophie de l'université de Bahia, 1976), Barbárie, no5, été 1982, pp. 34-42*
- Foucault, Michel (2001 a4); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «The Subject and Power» («Le sujet et le pouvoir»; trad. F. Durand-Bogaert), in Dreyfus (H.) et Rabinow (P.), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982, pp. 208-226*
- Foucault, Michel (2001 a5); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «Omnes et singulatum»: Towards a Criticism of Political Reason» (««Omnes et singulatum»: vers une critique de la raison politique»; trad. P. E. Dauzat; université de Stanford, 10 et 16 octobre 1979), in McMurrin (S.), éd., *The Tanner Lectures on Human Values, t. II*, Salt Lake City, University of Utah Press, 1981, pp. 223-254*
- Foucault, Michel (2001 a6); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; «The Subject and Power» («Le sujet et le pouvoir»; trad. F. Durand-Bogaert), in Dreyfus (H.) et Rabinow (P.), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982, pp. 208-226*
- Foucault, Michel (2001 a7); *Le Foucault électronique; Dits et écrits (IV) 1980-1988; Structuralisme et poststructuralisme . «Structuralism and Post-Structuralism» («Structuralisme et poststructuralisme»; entretien avec G. Raulet), Telos, vol. XVI, no 55, printemps 1983, pp. 195-211*
- Foucault, Michel (2001 b); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); «Il faut défendre la société», Annuaire du Collège de France, 76e année, Histoire des systèmes de pensée, année 1975-1976, 1976, pp. 361-366*
- Foucault, Michel (2001 b1); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); «Des questions de Michel Foucault à Hérodote», Hérodote, no 3, juillet-septembre 1976, pp. 9-10*
- Foucault, Michel (2001 b2); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); «Cours du 14 janvier 1976 ; «Corso del 14 gennaio 1976» («Cours du 14 janvier 1976»), in Fontana (A.) et Pasquino*
- Foucault, Michel (2001 b3); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); Le pouvoir, une bête magnifique ; «El poder, una bestia magnífica» («Le pouvoir, une bête magnifique»; entretien avec M. Osorio), *Quadernos para el dialogo*, no 238, 19-25 novembre 1977*
- Foucault, Michel (2001 b4); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); Non au sexe roi. «Non au sexe roi» (entretien avec B.- H. Lévy), *Le Nouvel Observateur*, no 644, 12-21 mars 1977, pp. 92-130*
- Foucault, Michel (2001 b5); *Le Foucault électronique; Dits et écrits III (1976-1979); «Foucault Examines Reason in Service of State Power» («Foucault étudie la raison d'État»; entretien avec M. Dillon; trad. F. Durand-Bogaert), *Campus Report*, 12e année, no 6, 24 octobre 1979, pp. 5-6. (Une version modifiée de cet entretien a été publiée dans *The Threepenny Review*; voir infra no 280.)*
- Foucault, M. (2001). *A vontade de saber—História da sexualidade vol. 1*. Trad: Maria.
- Foucault, Michel (2001c); *Le Foucault électronique; Les anormaux ; (1974-75 / 1999)*
- FOUCAULT, M. (2002). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999. _ As Palavras e as Coisas.

- FOUCAULT, M. (2002). A história da loucura (1972).
- Foucault, M. (2004). *La arqueología del saber* (1969). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: outline of the theory of structuration* Polity Press.
- Jürgen, H. (1989). *El discurso filosófico de la modernidad*. Edic. Taurus, Buenos Aires.
- Knights, D. (2002). Writing organizational analysis into Foucault. *Organization*, 9(4), 575-593.
- Machado, R. (1981). *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.
- Maia, A. C. (1995). Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo social*, 7(1/2), 83-103.
- MARTINS, C. J. (2006). A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. O legado de Foucault. São Paulo: Editora da UNESP, 177-198.
- MISKOLCI, R. (2006). A vida como obra de arte: Foucault, Wilde e a Estética da Existência. Scavone, Alvarez, Miskolci (Org.) *O Legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp.
- Motta, F. C. P., Alcadipani, R., & Bresler, R. B. (2000). O estrangeiro e o mundo organizacional. *Anais do I Eneo*. Curitiba: Anpad.
- Newton, T. (1998). Theorizing subjectivity in organizations: The failure of Foucauldian studies?. *Organization Studies*, 19(3), 415-447.
- Nietzsche, F. W. (2004). *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais* (PC Souza, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1881)[Links].
- Reed, M. I. (1997). In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. *Organization Studies*, 18(1), 21-42.
- Reich, W., & Meneses, F. D. (1986). *O combate sexual da juventude*.
- Rogue, C. (2005). *Le travail: Hegel, Marx, Weber, Arendt*. Armand Colin.
- Rose, N. (1990). *Governing the soul: the shaping of the private self*. Taylor & Frances/Routledge.
- ROUSSEAU, J. J. (2005). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: precedido de discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.
- Rowlinson, M., & Carter, C. (2002). Foucault and history in organization studies. *Organization*, 9(4), 527-547.
- Segnini, L. R. P. (1988). *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. Educ.
- Sewell, G. (1998). The discipline of teams: The control of team-based industrial work through electronic and peer surveillance. *Administrative science quarterly*, 397-428.
- Silva, R. Carvalho da e Rafael Alcadipani da Silveira (2001); *Controle e poder pastoral nas organizações*; in ENANPAD 25 -2001, Anais; Salvador
- da Silveira, R. A. (2005). *Michel Foucault, Poder E Análise Das Organizações*. FGV Editora.
- Taylor, C. (1984). Foucault on freedom and truth. *Political Theory*, 12(2), 152-183.
- Thiry-Cherques, H. R. (2004). *Sobreviver ao trabalho*. FGV Editora.
- Thiry-Cherques, H. R. (2008). *Métodos estruturalistas: pesquisa em ciências da gestão*. São Paulo: Atlas, 2018.
- Tomès, A. (2005). *Le sujet*. Ellipses.
- Townley, B. (1994). *Reframing human resource management: Power, ethics and the subject at work*. SAGE Publications Ltd.
- Townley, B. (2002). Managing with modernity. *Organization*, 9(4), 549-573.
- Widder, N. (2004). Foucault and power revisited. *European Journal of Political Theory*, 3(4), 411-432.